

A Transversalidade da Prática do Professor Pedagogo

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Transversalidade da Prática do Professor Pedagogo

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do professor pedagogo [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-614-0
DOI 10.22533/at.ed.140190509

1. Pedagogia – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino.
3. Pedagogos – Formação. I. Ferreira, Gabriella Rossetti.

CDD 371.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso, é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

Antônio Nóvoa (1997, p.25)

A obra “A Transversalidade da Prática do Professor Pedagogo” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

Transversalizar o conteúdo das disciplinas tradicionais do currículo, não significa constituir ou criar novas disciplinas. É transversal porque os temas a serem trabalhados são entendidos como questões do cotidiano do aluno, que perpassam todas as disciplinas tradicionalmente oficiais da grade curricular. Assim, transversalidade diz respeito ao tratamento integrado nas diferentes áreas, na qual as questões sociais se integram na própria concepção teórica das áreas e de seus componentes curriculares.

Para Ecos (2001), experiências têm apontado a necessidade de que as questões tratadas nos temas transversais sejam trabalhadas de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas ou disciplinas específicas, pois, tomando como exemplo a educação sexual, um processo sistemático e contínuo de intervenção, deve ser realizado com o envolvimento de toda a comunidade escolar, assegurando aos alunos espaços necessários para receber informações de forma clara e precisa que conduzam à reflexão de valores, criatividade e autonomia.

Vale ressaltar que na atividade docente torna-se ainda mais premente que ocorra a formação contínua, pois o ofício de professor não é imutável, suas mudanças incidem principalmente pelo surgimento e a necessidade de atender as “novas competências”. Este ofício vem se transformando, exigindo: prática reflexiva, profissionalização, trabalho em equipe e por projetos, autonomia e responsabilidades crescentes, pedagogias diferenciadas, sensibilidade à relação com o saber e com a lei. Tudo isso leva a um repensar da prática e das competências necessárias para o desempenho do papel de educador.

Uma formação crítico-reflexiva não é uma concepção de formação continuada, mas sim, uma concepção que vem se constituindo através de um esforço coletivo de intelectuais, pesquisadores e professores que nos últimos anos vêm buscando reinventar, a partir de estudos, pesquisas e práticas institucionais, uma maneira mais pertinente de formar continuamente os professores, já que o modelo convencional, liberal-conservador, estava sendo bastante questionado, principalmente, pela sua ineficácia.

O professor reflexivo será “[...] um investigador da sala de aula, que formula suas estratégias e reconstrói a sua ação pedagógica [...]” (Almeida & Prado, 2008, p. 28), pois, como afirma Silva (2001, p. 28), “[...] a prática transforma-se em fonte de investigação, de experimentação e de indicação de conteúdo para a formação [...]”. Enfim, a postura reflexiva não requer apenas do professor o saber fazer, mas que ele possa saber explicar, de forma consciente, a sua prática e as decisões tomadas sobre ela e perceber se essas decisões são as melhores para favorecer a aprendizagem do seu aluno.

Prof^a. Ms. Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL EM DOIS MOMENTOS: DA DÉCADA DE 1990 À CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO	
Dirno Vilanova da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1401905091	
CAPÍTULO 2	10
A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CASO DE VILA VELHA/ES	
Sidineia Aparecida Tintori	
Elda Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.1401905092	
CAPÍTULO 3	21
AUTORIA DISCENTE COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Marta Teixeira do Amaral Montes	
Maria Judith Sucupira da Costa Lins	
DOI 10.22533/at.ed.1401905093	
CAPÍTULO 4	38
INTERNET E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO	
Mauricio dos Reis Brasão	
DOI 10.22533/at.ed.1401905094	
CAPÍTULO 5	50
NO NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: INDÍCIOS E PISTAS DA FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE COLATINA (1909-1929)	
Ingrid Regis de Freitas Schmitz de Alencar	
Elda Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.1401905095	
CAPÍTULO 6	63
PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE TEXTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Cristiane Batistioli Vendrame	
Maria Angélica Olivo Francisco Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.1401905096	
SOBRE A ORGANIZADORA	80
ÍNDICE REMISSIVO	81

NO NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: INDÍCIOS E PISTAS DA FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE COLATINA (1909-1929)

Ingrid Regis de Freitas Schmitz de Alencar

NUCAPHE – Núcleo Capixaba de
Pesquisa em História da Educação
Vitória, Espírito Santo

Elda Alvarenga

Professora da Faculdade Estácio de Vila Velha
NUCAPHE – Núcleo Capixaba
de Pesquisa em História da Educação
Vitória, Espírito Santo

RESUMO: objetiva compreender o processo que levou o magistério a se constituir uma profissão exercida majoritariamente por mulheres no município de Colatina no Estado do Espírito Santo. Baseia-se no método indiciário, tendo como principal referência os estudos de Carlo Ginzburg. Ginzburg (1990), afirma que por volta do final do século XIX é que emerge, no âmbito das ciências humanas, um modelo ou paradigma epistemológico que se propõe à análise e interpretação da realidade a partir dos indícios e “pistas” deixados pelos personagens. Afirma ainda que “a realidade é fundamentalmente descontínua e heterogênea” (GINZBURG, 2007, 269). Concluímos que as marcas, indícios e sinais deixados pelas mulheres professoras da primeira metade do século XX, possibilita compreender como se deu o processo de feminização do magistério

no Espírito Santo e mais especificamente, no município de Colatina. Observa-se que, como afirma Silva (2002), o mundo do trabalho se organiza não apenas pela economia e pela cultura, mas também pela posição ocupada por homens e mulheres em uma determinada sociedade. Nota-se também que a feminização do magistério também foi influenciada pelas transformações nas relações patriarcais que estruturavam a sociedade nas primeiras décadas do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Feminização; trabalho docente; Espírito Santo.

IN THE NORTH OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO: INDICATIONS AND TRACKS OF THE FEMINIZATION OF TEACHING WORK IN THE MUNICIPALITY OF COLATINA (1909-1929)

ABSTRACT: aims to understand the process that led the teaching profession to become a feminized profession in the municipality of Colatina in the State of Espírito Santo. We use a methodological path based on the index method, having as main reference the studies of Carlo Ginzburg. Ginzburg (1990) argues that by the end of the nineteenth century, an epistemological model or paradigm emerges within the human sciences that proposes to analyze and interpret reality from the “clues” left by the characters. He further states that “reality is fundamentally

discontinuous and heterogeneous.” (GINZBURG, 2007, 269). We conclude that the marks and signs left by women teachers in the first half of the twentieth century make it possible to understand how the process of feminization of teaching in Espírito Santo took place, and more specifically in the municipality of Colatina. It is observed that, as Silva (2002) affirms, the world of work is organized not only by the economy and culture, but also by the position occupied by men and women in a given society. It is also noted that the feminization of the teaching profession was also influenced by the transformations in the patriarchal relationships that structured the society in the first decades of the nineteenth century.

KEYWORDS: Feminization; Teaching Work; Espírito Santo

1 | INTRODUÇÃO

O intento de escrever sobre o processo de inserção das professoras mulheres no magistério primário de Colatina, é um agradável desdobramento da pesquisa realizada pela primeira autora, durante o curso de Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Os debates realizados no interior do grupo de pesquisa, coordenado pela professora Regina Helena Silva Simões (Nucaphe), possibilitou a interseção das informações coletadas em Colatina com dados relacionados ao processo de inserção das mulheres no magistério capixaba, à época interesse de estudos da segunda autora deste capítulo.

Nesse artigo, nosso *locus* de análise é o município de Colatina. Concebida como umas das principais cidades do Norte do Estado, Linhares apresentava-se, como uma região rica em florestas, madeiras e possuidora de solo fértil. A partir dos anos 1906, sofre mudanças em sua configuração administrativo-econômica que coincidem com o processo de expansão do ensino investigado no recorte temporal estabelecido. Em função da construção da estrada de ferro que vai de Vitória, no Espírito Santo, a Diamantina, Minas Gerais, passando por Colatina (que pertencia a Linhares), associada à chegada dos imigrantes europeus que se instalaram em colônias por toda aquela região. Nesse contexto, Colatina passaria, no decorrer dos anos seguintes, a principal cidade e sede do município, no lugar de Linhares que se tornou subordinada àquela (ALENCAR, 2016).

A investigação realizada e as problematizações que a movimentam e a análise das fontes de pesquisa foram construídas a partir do diálogo com a literatura sobre História da Educação no Brasil e no Espírito Santo e com produções acadêmicas sobre a história de mulheres professoras e a presença feminina no exercício do trabalho docente. Baseia-se no método indiciário, tendo como principal referência os estudos de Carlo Ginzburg. Ginzburg (1990), afirma que por volta do final do século XIX é que emerge, no âmbito das ciências humanas, um modelo ou paradigma epistemológico que se propõe à análise e interpretação da realidade a partir dos

indícios e “pistas” deixados pelos personagens. Afirma ainda que “a realidade é fundamentalmente descontínua e heterogênea” (GINZBURG, 2007, 269).

As principais fontes utilizadas foram a imprensa periódica educacional, a imprensa periódica feminina e a imprensa periódica comum além de teses produzidas sobre o tema. Também foi utilizado documentos da época, como contratos de trabalho, relatórios anuais de docentes e registros realizados por professores/as, como por exemplo, planos de aula e relatórios. Assim, nesse texto, buscamos, pelos indícios e pistas deixados pelos professores/as colatinenses, compreender como se deu o processo de feminização do magistério no município de Colatina, “aproximando a lupa” dessa instituição, engajadas num exercício de conhecer melhor suas especificidades, mas também guardando a compreensão de que esse contexto faz parte de um complexo “romance de relações sociais” (REVEL, 2010).

Ginzburg (1990), afirma que por volta do final do século XIX é que emerge, no âmbito das ciências humanas, um modelo ou paradigma epistemológico que se propõe à análise e interpretação da realidade a partir dos indícios e “pistas” deixados pelos personagens. Narrar a feminização do magistério em Colatina se faz um desafio na medida em que é rara e incipiente a literatura localizada sobre a história desse município. Contudo, segundo Ginzburg (2007) “a realidade é fundamentalmente descontínua e heterogênea”. Dentro dessa perspectiva, impõe-se a necessidade de juntar os fragmentos localizados e construir uma narrativa, ainda que sucinta, apontando os principais tópicos a serem abordados dentro do recorte da pesquisa (ALENCAR, 2016).

Alvarenga (20018) salienta que como aconteceu na maior das Províncias, a inserção das mulheres no magistério no Espírito Santo aconteceu num contexto da expansão do campo educacional em termos quantitativos, especialmente nas séries iniciais do ensino fundamental, antigo primário. Conforme afirma Almeida (1998), a “mão-de-obra” feminina na educação se fez necessária, entre outros motivos, pelo conservadorismo católico da época, que não aceitava que os professores educassem as meninas. Alguns/algumas historiadores/as também indicam a possibilidade de o exercício do magistério ser considerado desonroso para os homens naquela época. Dessa forma, a pesquisa analisa as singularidades desse processo no município de Colatina no Estado do Espírito Santo.

Já apontávamos em outra ocasião que, considerando a importância do ensino primário no cenário da história da educação brasileira durante a Primeira República, a ampliação dos estudos sobre a escolarização primária nas diferentes regiões do Espírito Santo poderá colaborar para uma visão mais aprofundada e abrangente desse processo no Estado (ALENCAR; ALVARENGA, 2016).

Como já assinalamos em trabalhos anteriores (ALENCAR, 2016), neste estudo, partimos do pressuposto de que, no norte do Espírito Santo, a expansão do ensino esteve relacionada com pelo menos dois movimentos que ocorreram entre o final do século XIX e o início do século XX: a chegada de imigrantes europeus no final do

século XIX, que provocou o povoamento significativo da região, expandindo-a para o interior do território que era praticamente inabitado (SIMÕES; FRANCO, 2014); a Proclamação da República, que traz consigo elementos da modernidade, como a urbanização das cidades, a industrialização, a abertura de estradas de rodagem e de ferro e a instrução republicana. Nesse sentido, percebemos a inserção das mulheres no magistério e a posterior feminização deste como um desdobramento desses movimentos, necessário para a referida expansão do ensino.

Concluimos que as marcas, indícios e sinais deixados pelas mulheres professoras da primeira metade do século XX, possibilita compreender como se deu o processo de feminização do magistério no Espírito Santo e mais especificamente, no município de Colatina. Observa-se que, como afirma Silva (2002), o mundo do trabalho se organiza não apenas pela economia e pela cultura, mas também pela posição ocupada por homens e mulheres em uma determinada sociedade. Nota-se também que a feminização do magistério também foi influenciada pelas transformações nas relações patriarcais que estruturavam a sociedade nas primeiras décadas do século XIX (ALENCAR; ALVARENGA, 2016).

COLATINA E CENÁRIO EDUCACIONAL NO PERÍODO DE (1909-1929)

Em 1909, com a reforma republicana da educação, Colatina se destacou como a cidade do norte do Espírito Santo que estava mais alinhada com os ideais políticos vigentes, conforme ilustrado na imagem1:

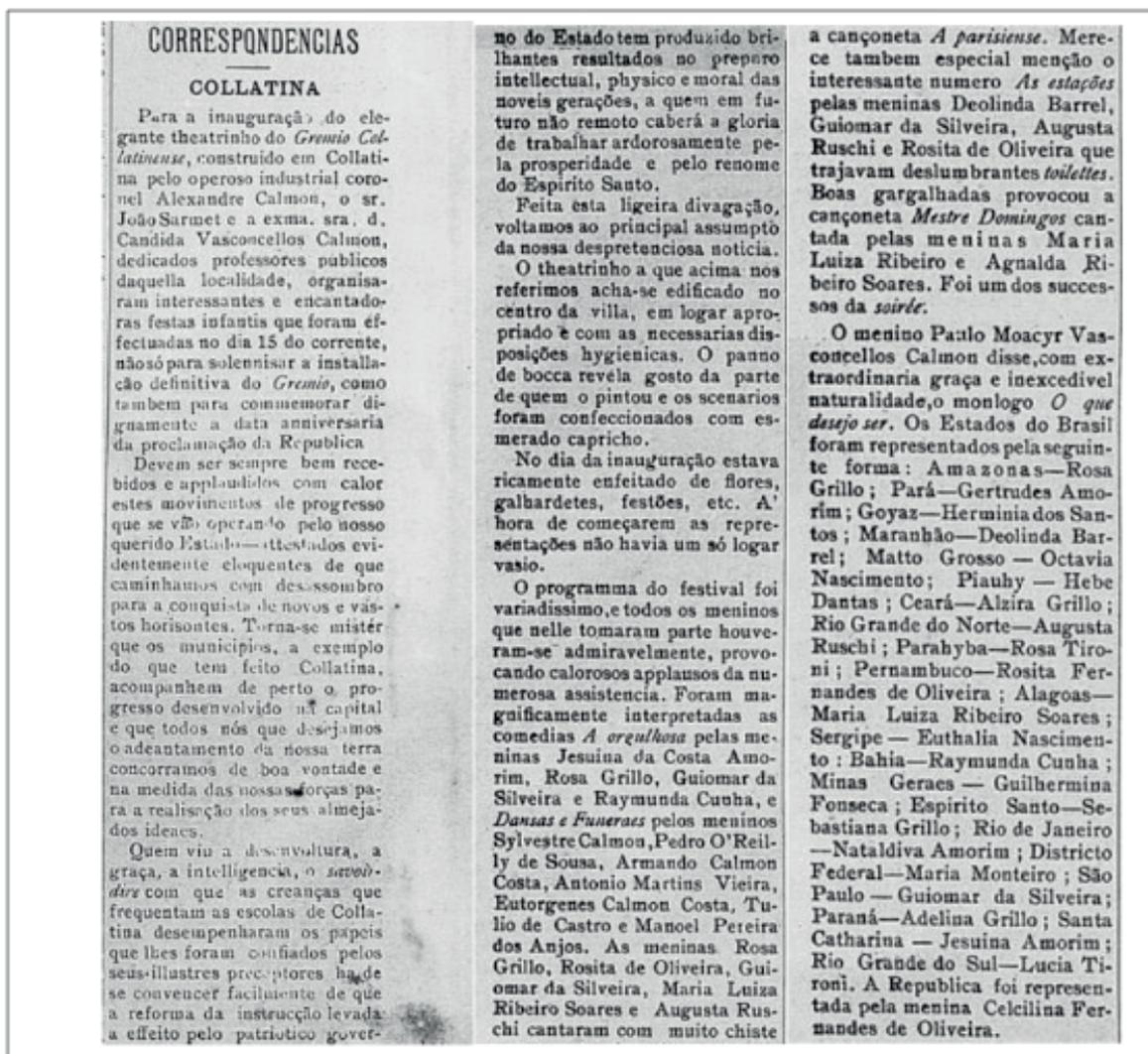
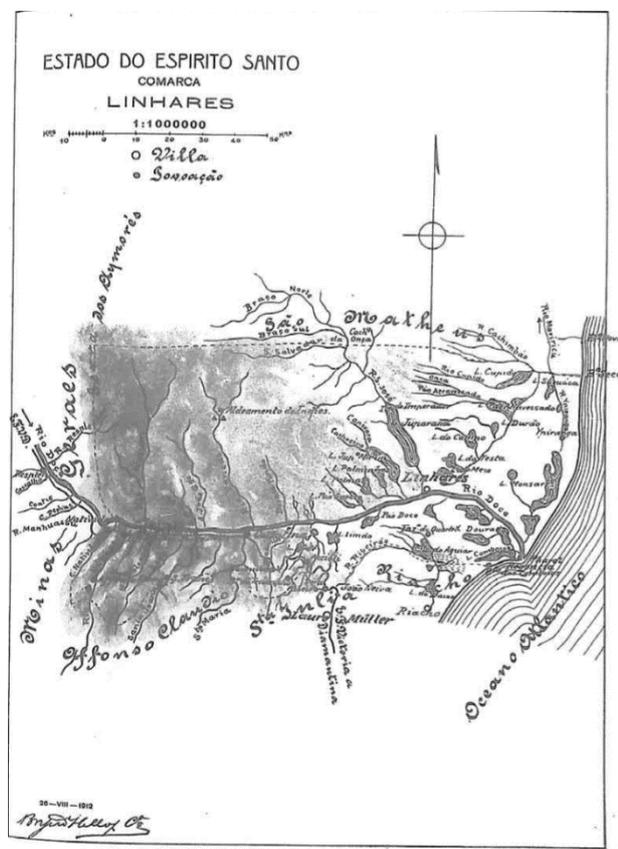


Imagem 1 – Correspondência Diário da Manhã

Fonte: Diário da Manhã, n. 296, Victoria, sábado, 27 de novembro de 1909.

A correspondência acima retrata o estado de “adiantamento” deste município em termos de “preparo intelectual, físico e moral das novas gerações”. E para corroborar a imagem de uma cidade republicana, o correspondente não poderia deixar de citar a participação da professora “Exma. Senhora Dona Cândida Vasconcelos Calmon” na inauguração do *Theatrinho Gremio Collatinense*.

De acordo com Alencar (2016), a partir da análise dos dados do recenseamento de 1920, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Colatina (até então comarca de Linhares), configurava-se como um território que corresponde atualmente a Linhares, Colatina, São Gabriel da Palha, Águia Branca, Vila Valério, São Domingos do Norte, Marilândia, Baixo Guandu, Sooretama, Rio Bananal, Alto Rio Novo, Pancas, Governador Lindemberg e Mantenedópolis. O mapa 1 ilustra essa demarcação:



Mapa 1 – Comarca de Linhares

Fonte: Espírito Santo, 1913, Jeronimo Monteiro.

O Presidente de Estado, Marcondes Alves de Souza (1913), descreve Colatina como:

Esse Grande e futuroso Município, situado em uma e outra margem do Rio Doce, é digno da atenção dos poderes publicos, não só pela grande extensão do seu território, em grande parte inculta, e que se presta admiravelmente á colonização, como também pela uberdade do seu sólo, riquissimo em madeiras de lei (SOUZA, 1913, p. 54).

Alencar (2016) ainda aponta que Linhares, município em que predominavam os quartéis militares voltados para a contenção dos ataques dos índios botocudos, de certa forma, desfalece com a chegada da República, e esse processo pode ser associado a alguns fatores, como a expansão agrícola no interior desse município, o fomento à cafeicultura, a construção da estrada de ferro que transfere a sede da cidade para Colatina e a influência política da oligarquia local, formada, principalmente pela família Calmon.

A oligarquia republicana constituída com base em relações familiares girava em torno do coronel Alexandre Calmon e começa a assumir lugar de destaque, valendo-se tanto da relação já estabelecida entre seus antepassados e o governo republicano quanto dos laços familiares mantidos com o clã parental formado em São Mateus (BOU-HABIB FILHO, 2007).

Segundo Bou-Habib Filho (2007), a família Calmon tinha grande prestígio na Corte, no período do Império, e soube perpetuar sua atuação política também

durante a República, tendo Augusto e Alexandre Calmon como representantes de Linhares (Colatina) na fundação do Partido Republicano Espírito-Santense, em 1908. Conforme esse autor, em 1903, Alexandre Calmon começou a trabalhar como fornecedor de víveres e equipamentos para a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, provavelmente por influência do ministro de Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Para Alencar (2016):

Atuando também como intendente e principal líder de Linhares, Alexandre Calmon, que passava mais tempo em Colatina e percebeu o potencial daquela vila que resultara da expansão cafeeira originada no sul do Estado, promoveu a transferência forçada da sede de Linhares para Colatina, em 1906 (p. 58).

Colatina projetava-se cada vez mais no cenário econômico, passando à sede do município no lugar de Linhares. Essas mudanças administrativas e econômicas afetaram diretamente as decisões quanto à instrução. Em 1924, foi construído o prédio para o grupo escolar de Colatina, que inicialmente era tratado como Escolas Reunidas Aristides Freire. Devido ao crescimento populacional em Colatina, há também um destaque para esse município nos Relatórios de Inspeção que apontam o aumento da quantidade de escolas isoladas naquela região.

Segundo Gonçalves (1924), mesmo após a saída de Alexandre Calmon do cenário político capixaba, em 1916, por ocasião da Revolta (frustrada) de Xandoca, o município de Colatina continuou se projetando como “[...] o mais digno de destaque [...] [e que] progride rapidamente, especialmente quanto a instrução primária” (GONÇALVES, 1924, p. 1-2). No rastro deste “progresso” as referências à materialidade dos prédios apontam uma valorização do espaço destinado à instrução primária na maioria das localidades inspecionadas por Claudionor Ribeiro em Colatina. É neste contexto que, a exemplo do que ocorreu em outros municípios do Espírito Santo, as mulheres foram ingressando na corrida docente e ocupando as cadeiras vagas, ora abandonadas por homens em busca de melhores remunerações e condições de trabalho, ora pela própria expansão da instrução pública.

A REFORMA EDUCACIONAL DE 1908, FORMAÇÃO DOCENTE E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Ao relacionarmos a constituição gradual do magistério como profissão feminilizada em Colatina com a criação dos grupos escolares como instituições modelares no Estado do Espírito Santo, observamos que esses dois processos se intensificaram nas primeiras décadas do século XX. Pode-se aferir que, a inserção das mulheres no magistério foi condição fundamental para a reforma implementada pelo educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim, contratado pelo então governador, Jeronymo Monteiro, para esta finalidade, uma vez que, a demanda por professores/as era crescente em especial após a obrigatoriedade da instrução feminina e a carência de professoras para ocupar as cadeiras criadas para esse fim.

Uma das dificuldades apontadas nos Relatórios de Governo de Jeronymo Monteiro (1912) era a falta de professores para reger as cadeiras das localidades mais afastadas da capital e identifica 69 escolas sem provimento por falta de professores. A tabela 1 demonstra os dados estatísticos sobre matrícula e número de escolas e apresenta, por um lado, a expansão do ensino e, por outro, o crescimento do número de escolas não providas por falta de professores/as.

ANNOS	1908	1909	1910	1911	1912
Escolas existentes.....	125	160	222	247	271
Augmento.....		35	62	25	24
Escolas providas.....	121	148	160	176	173
Augmento.....		27	12	16	
Escolas não providas.....	1	12	62	71	98
Alunos matriculados.....	2.740	4.200	4.907	6.204	7.340
Augmento.....		1.460	687	1.297	1.136

Tabela 1: Escolas providas e não providas e alunos matriculados no Espírito Santo – 1909 a 1912.

Fonte: Mensagem de governo de Jerônimo Monteiro, 1913.

Como se vê na imagem acima, existe um descompasso entre a criação e o provimento de escolas, chegando ao ponto de se criar escolas sem que existissem profissionais para nelas trabalhar, dado corroborado na Mensagem Presidencial de Marcondes Alves de Souza, em outubro de 1913, na qual ele afirma ser “[...] grande a falta de professores habilitados, existindo 104 escolas primarias vagas, [...], apesar das vantagens oferecidas pelo Governo” (SOUZA, 1913, p. 28).

As fontes nos permitem imaginar que a escassez de professores homens impulsionou o discurso republicano em expansão que defendia a adequação das mulheres para as atividades do magistério. Para Almeida (1998, citada por ALVARENGA, 2018), a ocupação do magistério pelas mulheres deu-se efetiva e inicialmente devido ao aumento do número de vagas nas escolas e, posteriormente, pelo abandono dos homens da profissão em busca de melhores salários. A retirada dos homens à procura de uma atividade melhor remunerada teria permitido que seus lugares fossem ocupados pelas mulheres Dessa forma

[...] com a possibilidade das mulheres poderem ensinar, produziu-se uma demanda pela profissão de professora. Aliando-se a essa demanda, o discurso ideológico construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada à ideia de domesticidade e maternidade. Essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual a que as mulheres estiveram submetidas socialmente ao longo de décadas, por entender-se que cuidar de crianças e educar

era missão feminina e o magistério revelar-se seu lugar por excelência (ALMEIDA, 1998, p. 64).

Conforme Costa (2010), a feminização do magistério ocorre em grande medida devido ao processo de universalização da educação escolarizada ocorrido nos países desenvolvidos do ocidente. O projeto de escolarização, vinculado ao progresso e modernização das sociedades, torna-se obrigação do Estado e direito social. Nessa lógica, aliado a aspectos higienistas e patriarcalistas, o magistério se expande como um campo de trabalho adequado e recomendável às mulheres, para o qual eram consideradas moralmente mais preparadas apesar de consideradas intelectualmente inferiores. As mulheres que tinham uma formação marcada pela religiosidade, consideradas dóceis e submissas, foram convocadas para a missão de educar, concebida como uma vocação associada à vocação para a maternidade. Há uma forte articulação dos discursos religiosos, biológicos e pedagógicos no sentido de se naturalizar o magistério como “trabalho de mulher” (COSTA, 2010).

O presidente do estado, Jerônimo Monteiro, também aponta como um desafio para a instrução pública do período, a falta de um estabelecimentos de ensino, internatos e externatos, destinados a ministrar instrução primária e secundaria aos jovens do sexo masculino. Por outro lado, elogia o trabalho desenvolvido pela Escola Normal e anexas pelo trabalho realizado. Para ele, estas instituições “[...] constituem um estabelecimento que honra os nossos créditos e os fóros de civilização de que gozamos, pela sua capacidade, pelas condições hygienicas a que satisfaz e pelo modo como distribuem o ensino [...]” (p.63). O presidente também demonstra preocupação com os salários dos professores e afirma:

Penso que deve soffrer uma revisão sábia, inteligente e justa a tabella de vencimentos dos professores, de modo que lhes seja fácil empregar a actividade, exclusivamente, á nobre missão de educar e ensinar a mocidade, sem outras preocupações (MONTEIRO, 1911, p.65).

A aproximação da instrução colatinense aos preceitos republicanos propalados pela Reforma Educacional de 1908 ganhou destaque naquele período e por meio do impresso *Diário da Manhã*, que em 1909 anunciava:

Torna-se mister que os municipios, a exemplo do que tem feito Collatina, acompanhem de perto o progresso desenvolvido na capital e que todos nós que desejamos o adiantamento da nossa terra concorramos de boa vontade e na medida das nossas forças para a realização dos seus almejados ideaes (DIÁRIO DA MANHÃ, 1909, p. 2).

Se compararmos o movimento de inserção das mulheres no magistério no Espírito Santo com o mesmo processo ocorrido, especificamente em Colatina, observamos que o processo seguiu, de modo geral, o mesmo caminho. As tabelas abaixo nos ajudam nessa interpretação

Referência	Homens	Mulheres	Total
Nomeação	15	37	52
Aposentadoria	2	0	2
Conversão ou criação de esc. mista	0	19	19
Exoneração	2	0	2
Remoção	7	11	18
Disponibilidade Avulsa	7	17	24
Conversão para esc. masculina	3	0	3
Conversão da esc. mista em feminina	0	1	1

Tabela 2 – Decretos expedidos pelo poder executivo no 1º semestre de 1914

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Relatório Marcondes Alves de Souza - 1914

A tabela 2 nos permite aferir, a partir dos decretos expedidos em 2014, que ocorreu uma expressiva inserção das mulheres no magistério capixaba paralela a gradual saída dos homens da função docente, mostra disso é o fato das 52 nomeações, 71,15% serem de mulheres para 28,85% de homens. Quando voltamos nosso olhar para as nomeações de professores/as para ocuparem as cadeiras criadas ou oriundas de escolas que foram convertidas de escolas exclusivas para o sexo masculino para escolas mistas, vemos que as mulheres ocupam a totalidade de nomeações. A única situação em que os homens configuram mais do que as mulheres, é no caso inverso, quando escolas mistas são convertidas em escolas masculinas.

ANO \ PROF	1909-1910	1920-1921	1922-1923	1924-1925	1926-1927	1928-1929
HOMENS	05	02	01	01	04	03
MULHERES	05	18	32	15	37	11
VAGAS	06	02	-	01	-	-

Tabela 3 – Mapeamento dos professores de Colatina 1908-1929

Fonte: Alencar, 2016, p. 124-128.

No caso de Colatina, embora não apresente um crescimento linear, a tabela 3 também indica uma prevalência do número de professoras sobre o de professores. Na sede do município, cidade de Colatina, obtemos um indicativo de possíveis relações que propiciaram o aumento do número de mulheres lecionando na escola. A primeira professora mencionada, também pelo impresso *Diário da Manhã*, era a “Exma. Sra. D. Candida Vasconcellos Calmon” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1909). Tratava-

se da esposa do Coronel Alexandre Calmon, ao qual o mesmo jornal referia-se como “operoso industrial coronel Alexandre Calmon”.

As prerrogativas do coronel Xandoca (modo como era popularmente tratado) remetem a um estilo específico de se posicionar politicamente no interior. Bou-Habib Filho (2007) afirma que O duplo tratamento dado a Alexandre Calmon na redação do jornal do Governo – industrial e coronel – indica o perfil da figura articuladora mais relevante de Colatina durante a primeira metade do século XX. Esse autor defende que a base social que legitimava politicamente o Coronel Xandoca se alicerçava em sua habilidade em agir como líder tribal para congregar os oligarcas regionais.

Alexandre Calmon era um coronel com atitudes de denotavam algo mais. Apoiou a construção da estrada de ferro que ia de Vitória a Minas Gerais, passando por Colatina, contribuindo com o fornecimento de suprimentos e víveres. Engajou-se na política estadual cumprindo dois mandatos como vice-governador republicano. Casou-se com uma professora normalista, formada pelo Colégio do Carmo e permitiu sua atuação profissional na cidade conhecida como o reduto de sua liderança.

Observamos que entre as alunas de Dona Cândida Calmon, havia algumas que viriam a se tornar professoras em Colatina anos depois. Em 1909, a redação do *Diário da Manhã* elenca alguns nomes de alunos que participaram da inauguração do *Gremio Collatinense*, entre os quais, estão 33 estudantes, 23 meninas e 10 meninos. Chama atenção nomes de alunas em 1909 que, posteriormente, viriam a compor o quadro de professoras de Colatina. Dentre elas, estão: Jesuina da Costa Amorin, normalista, professora de estação da Lage; Raimunda Cunha, que lecionou em Crissiúma; e Sebastiana Gryllo, que viria a ser a diretora das Escolas Reunidas Aristides Freire.

O crescimento do contingente de professoras em Colatina concorria apenas com o também crescente número de pedidos de afastamento para tratamento de saúde. Nesse sentido, Alencar (2016), ressalta:

[...] no entanto, a análise dos documentos avulsos do Arquivo Público Espírito-Santense aponta que, com o aumento da quantidade de professores em Colatina, também foi registrado um grande número de pedidos de licença para tratamento de saúde naquele município. (ALENCAR, 2016, p. 132).

As licenças com vencimento, que eram concedidas em caso de moléstias contraídas no local de trabalho, somaram 33 pedidos, o que indica que as condições climáticas em Colatina, assim como em todo o norte do Estado do Espírito Santo, favoreciam o aparecimento de doenças que nem sempre eram rapidamente curadas, em vista das prorrogações das licenças concedidas.

A autora cita que na escola de Maylasky, por exemplo, foi possível mapear os nomes de algumas professoras que lecionaram, por meio das concessões de licença. A professora Jovita Andrade Saldanha, recebe 30 dias de licença com vencimentos em maio de 1921 e 6 dias sem vencimentos em fevereiro de 1922. Em fevereiro de 1923, Izabel Gonçalves, professora da referida escola, recebe 60 dias de licença com

vencimentos e, logo em seguida, Felisbina de Moraes, da mesma escola, receberia 20 dias de licença com vencimentos. Ainda que não possa oferecer acesso à data precisa de início e término do exercício de cada professora, os pedidos de licença dão pistas de quem trabalhou em cada escola, mesmo por um curto tempo. Esses documentos avulsos apontam também a rotatividade de professores.

CONCLUSÕES

De modo geral podemos afirmar que, a exemplo do que ocorreu na maior parte dos estados brasileiros e na maioria das cidades do Espírito Santo, a inserção das mulheres no município de Colatina e a gradual feminização do magistério, ocorreu inicialmente de forma lenta nos anos finais do século XIX mas se expandiu e gradualmente foi tornando o magistério uma profissão ocupada majoritariamente por mulheres. Merece destaque o fato das mulheres ocuparem as cadeiras mais distantes e terem enfrentado precárias condições de trabalho, contexto característico do processo de expansão escolar capixaba neste período. As muitas licenças para tratamento de saúde são indícios desse contexto, que sugerimos ser tratado de forma mais aprofundada em outro texto.

O olhar atento às marcas, indícios e sinais deixados pelas mulheres professoras da primeira metade do século XX, possibilita compreender como se deu o processo de feminização do magistério no Espírito Santo e mais especificamente, no município de Colatina. Observa-se que, como afirma Silva (2002), o mundo do trabalho se organiza não apenas pela economia e pela cultura, mas também pela posição ocupada por homens e mulheres em uma determinada sociedade. Nota-se também que feminização do magistério também foi influenciada pelas transformações nas relações patriarcais que vinham estruturando a sociedade nas primeiras décadas do século XIX. (ALMEIDA, 1998).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ingrid Regis de Freitas Schmitz de. **Escolarização no norte do Espírito Santo início do Século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ALENCAR, Ingrid Regis de Freitas Schmitz de; ALVARENGA, Elda. **A constituição do magistério como profissão feminizada no norte do Estado do Espírito Santo: indícios e pistas da feminização do trabalho docente no município de Colatina (1909-1929)**. In: CBHE. História da Educação: global, nacional e regional. 9. 2016, Maringá/PR. Anais. CBHE, 2016.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 1998. (Prismas).

ALVARENGA, Elda. **A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramento possíveis no trabalho docente no Estado do Espírito Santo (1845-1920)**. 2018. 358 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. **A revolta de Xandoca**: desafio à oligarquia Monteiro no ES (1916). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

COSTA, M. V. Feminização do magistério. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

GINZBURG, Carlo. História e cultura: conversa com Carlo Ginzburg. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 254-263, 1990.

REVEL, JACQUES. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set.dez. 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.

Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.

Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).

Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 16

Análise 21, 22, 24, 27, 28, 33, 37, 50, 51, 52, 54, 60

Aprendizagem 12, 13, 15, 17, 21, 25, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 67, 68, 69, 70, 78, 79, 80

C

Carreira 15

Cultura 6, 7, 8, 33, 37, 42, 43, 46, 50, 53, 61, 62, 68, 69

D

Desafios 13, 16, 20, 44, 47

Didática 27, 30, 35, 36, 78, 79

Discurso 6, 22, 23, 28, 37, 48, 57, 72

Diversidade 14, 23

Docência 16, 27, 35, 36, 37, 57, 71

E

EAD 21, 26, 29, 30, 31, 34, 35, 36

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80

Educação sexual 80

Ensino 1, 2, 5, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 17, 25, 28, 30, 32, 33, 39, 40, 41, 43, 47, 48, 51, 52, 53, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 78

Escola 3, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 32, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 58, 59, 60, 61, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 78, 79

Estética 7, 24, 36

Ética 7, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36

Experiência 47, 63, 64, 65, 69, 70, 71

F

Formação 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 58, 63, 64, 65, 68, 71, 78, 80

G

Gênero 3, 10, 22, 23, 71, 72

Gestão 5, 33, 47, 48, 49

I

Inclusão 2, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 33, 48, 49

Indivíduos 6, 28, 42, 64, 65, 68

Informação 35, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 64

L

Ler 69, 72, 73

M

Magistério 12, 14, 21, 22, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 61, 62

P

Pedagogia 8, 9, 11, 12, 19, 25, 26, 28, 35, 36, 71, 78, 79, 80

Pedagogo 1

Perspectivas 9, 46

Pesquisa 5, 8, 10, 11, 12, 17, 19, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 80

Políticas 1, 2, 3, 4, 33, 38, 41, 45, 47, 48, 49

Práticas 3, 21, 23, 24, 30, 32, 33, 34, 41, 43, 63, 65, 71, 72, 78

Processo 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 19, 23, 24, 26, 28, 29, 32, 33, 35, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 58, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 74, 78

Profissionais 13, 25, 33, 36, 40, 57

Q

Qualidade 23, 25, 48, 67

R

Relações 3, 6, 8, 22, 34, 39, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 59, 61, 64, 65

Respeito 3, 19, 28, 29, 30, 33, 66, 68

S

Saberes 33

Sexualidade 80

Subjetividade 27, 33

T

Tecnologias 6, 7, 13, 22, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 80

TIC 46

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 15, 19, 22, 25, 26, 28, 30, 31, 33, 35, 43, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 79

Transversalidade 35

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-614-0

